LEI N. 702, DE 14 DE JUNHO DE 1915.

O Doutor Joaquim Augusto da Costa Marques, Presidente do Estado, de Matto-Grosso.

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa

Legislativa decretou e eu sanccionei a seguinte lei:

Art. 1. Fica desde já reduzido de 2.1. o imposto de exportação da borracha produzida neste Estado, quer seja exportada pelo rio Paraguay, quer pelo rio Amazonas.

§ Unico. Para o effeito dessa reducção, tormar-se-á por base a taxa de 16.7 tanto para a borracha coagulada com ou sem pedra hume, como para a defumada, ou preparada por qualquer

outro processo aperfeiçoado.

Art. 2. A partir do proximo anno o mesmo imposto soffrerá, cada anno, a reducção de 2.1 até ticar estabelecida em 10.1, que será desde então o maximo que sob esse titulo cobrará o Estado.

Art. 3. Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todos as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir fielmente.

Palacio da Presidencia do Estado em Cuyabá, 14 de Ju-

nho de 1915, 27 da Republica.

(L. S.)

JOAQUIM A. DA COSTA MARQUES.

Joaquim P. Ferreira Mendes.

Foi sellada e publicada a presente lei, nesta Secretaria do Governo, em Cuyabá, aos quatorze dias do mez de Junho de mil novecentos e quinze.

O Director, Joyme Joaquim de Carralho.